



Por que surgiram os BRICS?¹

Why did the BRICS emerge?

Alejandro Simonoff

Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Professor Titular de História Geral VI na Faculdade de Ciências Humanas e da Educação (UNLP). Professor do Mestrado em Relações Internacionais da UNLP e do Doutorado em Relações Internacionais da mesma universidade. **3**

¹ Recebido para Publicação 01/07/2024. Aprovado para Publicação em 10/10/2024.

DOI <https://doi.org/10.5281/14727919>





Resumo

Diante de uma globalização extrema levada a cabo pelos países da Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão) desde o fim da Guerra Fria e que enfraquece as capacidades do Estado assentes num regime internacional para satisfazer os seus interesses o Brasil, a Rússia, a Índia e a China promoveram originalmente em 2009 a criação de um mecanismo de coordenação política contra esta ação. O objetivo deste artigo é relacionar o contexto de surgimento e desenvolvimento dos BRICS e suas implicações para o sistema internacional.

Palavras-chave: BRICS; Relações Internacionais; História das Relações Internacionais; História Contemporânea.

Abstract

Faced with an extreme globalization carried out by the countries of the Triad (USA, Western Europe and Japan) since the end of the Cold War and which weakens state capabilities based on an international regime to satisfy their interests, Brazil, Russia, India and China originally promoted in 2009 the creation of a political coordination mechanism against this action. The objective of this article is to relate the context of the emergence and development of the BRICS and its implications for the international system.

Keywords: BRICS; International Relations; History of International Relations; Contemporary History.





Introdução

Diante de uma globalização extrema levada a cabo pelos países da Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão) desde o fim da Guerra Fria e que enfraquece as capacidades do Estado assentes num regime internacional para satisfazer os seus interesses, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China promoveram originalmente em 2009 a criação de um mecanismo de coordenação política contra esta ação. Na sua reunião de fundação em Ekaterinburgo, eles observaram, entre outros pontos, que:

O diálogo e a cooperação dos *países BRIC conduzem* não só ao serviço dos interesses comuns das economias de mercado emergentes e dos países em desenvolvimento, mas também à *construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum* (itálico adicionado, BRIC, 16 de junho de 2009).

5

Como vemos, não se visa apenas um tipo de associação económica baseada no facto de serem países emergentes e em desenvolvimento, mas também uma coordenação política. Isto vai ao encontro do que recomenda Stephen Walt (1988) no seu famoso trabalho sobre alianças onde indica que estas são formadas não pela priorização de uma agenda ideológica, mas pela procura de poder global. Como destacou Mario Guerrero, o interesse em fazer parte deste grupo reside em duas *capacidades* : uma simbólica “para fortalecer o estatuto de cada país como uma potência dinâmica e emergente com um papel crescente nos assuntos globais; ao mesmo tempo que proporciona legitimidade e autoridade adicionais face à política internacional atual” e outra institucional onde este “mecanismo cooperativo... é apresentado como uma força relevante para promover reformas na governação global e, assim, representar os interesses dos países em desenvolvimento” (Guerrero, 29 de agosto de 2023). Porém, não descartamos a busca por valores, pois este pode ser um objetivo subsidiário de uma política externa, que deve buscar que um Estado periférico preserve e amplie suas margens de manobra, lendo o sistema mundial para encontrar as brechas aí existentes. para alcançá-lo.





Os BRICS, longe de serem um instrumento das políticas da Rússia e da China, são claramente uma aliança flexível ², vejamos a Índia por exemplo (*Bhārat Gaṇarājya* em hindi) e seu primeiro-ministro, Narendra Modi. ³Isto fala-nos de uma autonomia estratégica ⁴onde a integração nos BRICS não o impede de realizar várias opções: compra energia à Rússia em rublos - rompendo o bloqueio decretado pela Tríade após a intervenção na Ucrânia -, participou mas não subscreveu ao RCEP (*Regional Comprehensive Economic Parceria*, Aliança Económica Regional Compressiva) – promovida por Pequim – e integra o QUAD (Diálogo Quadrilateral de Segurança, juntamente com os Estados Unidos, Japão e Austrália), juntando-se à securitização da oferta sino-norte-americana promovida por Joe Biden.

O Contexto da emergência dos BRICS

6

Feitas estas considerações gerais, passaremos à análise do contexto internacional pós-Guerra Fria que estimulou a criação dos BRICS, para isso dividimos a crise de 2008 em duas fases.

Otimismo globalista

Desde o fim da Guerra Fria e com a teoria do fim da história de Fukuyama (1990) como uma profecia a ser cumprida, foi realizado um objetivo de estender as democracias de mercado como um padrão universal. Para ele “Não há luta ou conflito por grandes questões e, portanto, não há necessidade de generais ou estadistas; o que resta é principalmente a atividade económica” (1990: 22). A era pós-histórica em que

²Para alguns autores globalistas que tendem a observar o cenário internacional com características rígidas, como nos momentos anteriores à Grande Guerra ou durante a Guerra Fria, onde a Tríade enfrentaria a China e a Rússia, destacam que essa flexibilidade seria um problema (Mohan, 29 de agosto de 2023).

³Tomamos como exemplo o país subcontinental, porque consideramos, como sustenta Ikenberry, que ele representa claramente o Sul global (2024), ou pelas razões apresentadas por Paul Kennedy, que sustenta que poderia ser um dos três polos, juntamente com a China e os Estados Unidos, que liderariam o mundo nas próximas décadas. (Kennedy, 2023)

⁴Como Luis Basset destacou em seu comentário bibliográfico sobre o livro *The India Way*, do chanceler de Modi, Subrahmanyam Jaishankar, a sua política externa é assumida como sendo de “multi-alinhamento” que se distingue “do não-alinhamento ou do simples multilateralismo” por estabelecer os parâmetros para desenvolver a autonomia estratégica para os países emergentes que desenvolve a sua plena capacidade “para participar em todas as formas de cooperação.” multilaterais em questão, embora às vezes possam parecer incompatíveis” (Basset, 26 de maio de 2023).





ele pretendia nos embarcar seria uma etapa “sem conflito”. Seguindo a receita traçada pela dialética hegeliana, estabeleceu uma evolução que incluiu o liberalismo oitocentista como tese e, como antítese, os confrontos com “o bolchevismo e o fascismo, e finalmente com um marxismo atualizado”, até chegar como síntese ao suposto triunfo do liberalismo ocidental que prevaleceria na Nova Ordem Mundial (Fukuyama, 1990: 21).

No entanto, o conceito de paz democrática implícito naquele discurso do fim dos tempos que sustenta que estes regimes são menos propensos ao conflito foi desafiado quase ao mesmo tempo, como argumentou Francisco Peñas:

[...] a história mostra que as ilhas liberais não só travaram guerras em todo o lado, mas também foram responsáveis por um elevado grau de militarização do mundo e contribuíram significativamente para a militarização dos conflitos entre estados não democráticos: esta militarização pode pôr em perigo a paz democrática que o liberalismo defende (Peñas, 1997, p. 136).

7

No mesmo sentido, a perspectiva neorrealista aponta que:

[...] A promoção da democracia também pode ser altamente desestabilizadora (particularmente em sociedades multiétnicas que carecem de tradições democráticas bem estabelecidas) e é provável que pareça intrusiva e autocongratatória para as elites estrangeiras. (Walt, 2002: 79)

Na verdade, os números comprovam que estas especulações estão certas, pois segundo dados do SIPRI (Estocolmo International Peace Research Institute) durante a Guerra Fria houve uma média de pouco mais de três conflitos por ano, enquanto na fase posterior esse número foi de quatro. (SIPRI em Simonoff, 2021)

continuou a refuncionalização das organizações internacionais que vinha ocorrendo desde a época de Reagan: o FMI como ministério das finanças global, o Conselho de Segurança da ONU “foi dotado do poder necessário para atuar como Ministério da Polícia Mundial”, as reuniões do G7 assemelhavam-se “ao conselho de administração dos assuntos coletivos da burguesia mundial” (Arrighi, 1999: 398) e depois de 1994 com a criação da OMC, ele:





[...] marca a procura de um novo tipo de globalização que invertesse as prioridades de Bretton Woods: caminhava para a hiperglobalização. A gestão da economia nacional ficaria sujeita ao comércio e às finanças internacionais e não o contrário. (Rodrik, 2011: 96)

Nos primeiros dias do pós-Guerra Fria a Tríade dirigia a agenda do G7), que segundo Gustave Massiah, "desempenha um papel ativo na imposição de um credo neoliberal e na sua adoção para dirigir a nova fase da globalização" com base no Consenso de Washington⁵:

[...] o G8 depende de instituições financeiras internacionais – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – nas quais detém o capital maioritário. Também constrói persistentemente o quadro institucional da globalização neoliberal, cujo elemento determinante é a Organização Mundial do Comércio (OMC) (Massias, 2003: 24).

8

E continuando nesta linha, Jonathan Joseph salientou que estes instrumentos do projeto de ordem económica internacional promovem estas ideias:

[...] que o Banco Mundial e o FMI se apeguem à ideia de que a abertura ao mercado global é a solução para todos os problemas de desenvolvimento, então, se por alguma razão estas políticas pró-mercado não conduzirem ao crescimento económico e à redução da pobreza, será deve ser considerada algo relacionado com o próprio país, com as suas próprias práticas internas, com a falta de democracia, com a falta de empoderamento das mulheres e dos grupos locais, com a falta de transparência e com a dependência excessiva do tipo errado de regulação e de intervenção estatal (José, 2011: 60).

Ou seja, as tensões causadas pela extensão desta forma de globalização estão nos atores periféricos, não é um problema do sistema que se pretende impor.

⁵O Consenso de Washington teve duas versões. A primeira baseava-se em sete princípios: “disciplina fiscal (equilíbrio orçamentário e redução de impostos); liberalização financeira (taxas fixadas exclusivamente pelo mercado de capitais); liberalização comercial (remoção da proteção aduaneira); abertura total da economia aos investimentos diretos; privatização de todas as empresas; desregulamentação (remoção de todos os obstáculos à concorrência); “proteção total dos direitos de propriedade intelectual das multinacionais.” (Massias, 2003: 24). A segunda, como salientou Rodrik, acrescentou aos princípios da primeira “uma agenda com amplitude e ambição impossíveis, com o título geral de “reformas de governação” ... (2011: 192)





Embora a liderança da tríade neste novo contorno global, como destacou Massiah, não tenha legitimidade para tal tarefa:

[...] os líderes do G8 foram democraticamente eleitos para liderar os seus respectivos países, mas ninguém lhes deu um mandato para governar o planeta, portanto, a sua pretensão de ocupar esse papel é ilegítima. Por outro lado, o desaparecimento do G8 não implicaria qualquer nova desregulamentação: essa instância não evitou guerras e desordens, mas, pelo contrário, enfraqueceu o sistema das Nações Unidas, certamente criticável e imperfeito, mas muito mais legítimo (Massias, 2003: 25).

Constituindo-o como ator determinante na construção da ordem global e promotor da erosão da hegemonia estatal do sistema internacional.

O seu objetivo era criar um regime internacional que Dani Rodrik chama de “hiperglobalização” e o define como o processo pelo qual a expansão da globalização, entendida como “a integração internacional dos mercados de bens de capital, tornou-se um fim em si mesmo”, no final. custo de redução das capacidades do Estado-nação. (Rodrik, 2011: 96) Para sustentar a abertura e a liberalização do capital financeiro, foi necessário subordinar a democracia às regras do mercado e reduzir o papel internacional dos Estados em favor das empresas transnacionais. Estas duas consequências prejudicam a capacidade de decisão interna e externa das nações periféricas, alterando sem dúvida a sua autonomia.

Este desenho de hegemonia norte-americana contou com parceiros regionais como a União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália e Nova Zelândia na área Ásia-Pacífico, e Israel e Arábia Saudita no Próximo Oriente. Apesar de contar com estes importantes apoios, a política internacional dos EUA oscilou entre uma estratégia unipolar e uma estratégia multipolar para alcançar os seus objetivos.

Durante a Guerra do Golfo, formou-se uma aliança interna nos Estados Unidos para promover uma política externa ativa, composta por sectores neoinstitucionalistas e neoconservadores, que procuraram a partir desses momentos propor a agenda da globalização extrema sob a liderança indubitável de Washington.

A partir deste facto, estes sectores fizeram uma leitura errada de uma situação muito específica onde concluíram que estavam reunidas as condições para um momento unipolar, onde o virtual desaparecimento da URSS os deixava como a única superpotência no horizonte. No entanto, as condições para o unipolarismo





estavam distantes, uma vez que para colocar em funcionamento o seu indiscutível poder militar dependia do financiamento de outros atores como a Alemanha ou o Japão.

E pretendia, sob a capa do Direito à Proteção, expandir os seus interesses estratégicos no Panamá, na antiga Jugoslávia, no Iraque, no Afeganistão, na Líbia, no Sudão e na Síria. Diante disso, na década de noventa, Alemanha, França, Rússia e China lideraram a resistência, no novo milênio apenas os dois últimos permaneceram. Concomitantemente, e como Walt indicou:

A formação de uma coligação antiamericana coesa não é inevitável; nem a ascensão iminente de novas grandes potências. No entanto, a *probabilidade* de alguns Estados tentarem contrariar os Estados Unidos (mesmo que apenas tacitamente e de forma provisória) aumentará *se os Estados Unidos agirem de forma a ameaçar os seus interesses ...* (itálico adicionado, 2002: 87)⁶

10

Por outro lado, a “reaganômica” entendida como uma estratégia de inserção global imposta pela Nova Direita no final dos anos setenta e como a procura no mercado internacional de um fornecedor de produtos manufaturados baratos e que com os excedentes desse comércio comprem títulos do tesouro norte-americanos e assim garantir a procura, sem aumentar salários e estimular receitas financeiras. Como consequência, a economia norte-americana tem um enorme déficit orçamental e comercial que foi financiado na década de oitenta pelo Japão e desde o início da década de noventa até meados da década anterior pela China. Mas esta mudança de fornecedor comercial e financeiro não foi ineficaz para Washington, uma vez que Pequim não depende dele nem militar nem politicamente, produzindo a “bifurcação” indicada por Arrighi (2007: 16)⁷.

E seguindo o sociólogo e economista italiano temos que:

[...] a adoção pela administração Bush do Plano para um Novo Século Americano em resposta aos ataques de 11 de Setembro foi, em alguns aspectos fundamentais, uma tentativa de estabelecer o primeiro império verdadeiramente global na história mundial. O fracasso abismal desse projeto no campo de testes iraquiano não

⁶Fareed Zakaria observou na mesma linha: “À medida que o poder dos EUA se torna mais evidente, os governos estrangeiros têm expressado uma aversão crescente a ele.” (2003: 28)

⁷Para este autor, a bifurcação deve-se ao facto de o poder militar e económico estar a evoluir em duas direcções diferentes marcadas pelo “fracasso do Projeto para um Novo Século Americano e pelo sucesso do desenvolvimento chinês” que pode oferecer múltiplas combinações para o futuro. (Arrighi, 2007: 16-17)





eliminou, mas reduziu enormemente a probabilidade de um império mundial centrado no Ocidente algum dia se materializar... (Arrighi, 2007: 15)

A proclamação de Fukuyama do “Fim da História” como bandeira das elites globalistas levou a um excesso de confiança no resultado, como observado no apoio à entrada da China na OMC, na adição da Rússia ao G7 ou na extensão sem custos da OTAN.

Na década de 1990, a política externa chinesa procurou garantir que a sua atuação internacional fosse regida pela formação de um cenário policêntrico (EUA, Rússia, Europa, Japão e China), limitando as tendências hegemônicas dos Estados Unidos e a necessidade de associação com outros países. nações em desenvolvimento contra uma Ordem Mundial injusta (Jiang, 2008: 44) ⁸. Mas esta diretriz foi combinada com os chamados “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” que marcaram a sua posição como país periférico ⁹ com as recomendações mais pragmáticas de Deng Xiaoping dos “28 personagens” ¹⁰ e que como ao subir na hierarquia no cenário internacional, assistimos a um distanciamento destes últimos, com uma reafirmação dos primeiros.

Clinton avaliou que: O comércio com a China não produzirá imediatamente liberdade ou paz, mas a abertura dos mercados chineses pode influenciar as decisões que aquele país toma neste momento importante da sua história. (Clinton, 2000: 31)

Portanto, definiu sua política em quatro pontos: 1) Reorganizar a indústria, promulgar leis e regulamentos, estabelecer procedimentos formais para arbitrar disputas e criar condições de igualdade para empresas estrangeiras; 2) continuar a promover a presença chinesa em regimes e instituições internacionais que estabelecem normas globais; 3) pressionar a China sobre a transferência de tecnologia perigosa ou a

⁸O grupo de Xangai foi um exemplo disso.

⁹Isto é reforçado pela continuidade dos cinco princípios da Coexistência Pacífica de 1953 (respeito mútuo pela integridade territorial e soberana dos Estados, pacto mútuo de não agressão, não ingerência nos assuntos internos e igualdade e vantagem mútua dos acordos) (Moncada Durruti, 2011: 9).

¹⁰A estas linhas, Deng incorporou inicialmente cinco princípios orientadores em 1989 (conhecidos como “24 caracteres”), que foram alargados para seis em 1993 (e 28 caracteres), que são os seguintes: observar e analisar os acontecimentos internacionais com calma, garantir a nossa posição, esconder as nossas capacidades e esperar o momento certo, ser bons em manter a discrição, nunca liderar a exigência e realizar oposição de natureza comedida (Moncada Durruti, 2011: 6).





resolução pacífica das suas diferenças com Taiwan, bem como apoiar a luta interna pelos direitos humanos;

4) Devemos manter a nossa presença militar e as nossas alianças na Ásia. (Clinton, 2000: 31)

No caso da incorporação da Rússia ao G 7 em 1998, predominou também o facto de ainda ser uma potência militar relevante e a crença de que as transformações para uma democracia de mercado levadas a cabo por Boris Yeltsin foram sólidas e que esta adição distanciaria as visões forças antiocidentais no poder em Moscovo.

Contudo, e relacionado com este último, encontramos a extensão da OTAN. É um dos instrumentos utilizados pelos Estados Unidos para cumprir a sua estratégia pós-Guerra Fria (Brzezinski, 1 de fevereiro de 1995). A ampliação de parceiros e de espaços de ação teve a ver com esta determinação, apesar da promessa de James Baker a Gorbachev de não o fazer - após este ter aceitado a entrada de uma Alemanha unificada, desde os últimos anos da década de 1990, diferentes países que faziam parte do antigo Bloco Socialista, ou mesmo faziam parte da União Soviética, foram incorporados, como no caso dos Bálticos, quase duplicando o número de membros¹¹. Mas, como sugeriram vários autores realistas (George Kennan, John Mearsheimer e Stephen Walt, entre outros), esta expansão iria gerar reações por parte de Moscovo, que a perceberia como uma ameaça à sua segurança e que não seria prudente implementar isto ¹².

12

Dentro desta onda de otimismo, em 2001, a consultoria Goldman Sachs publicou um relatório elaborado por Jim O'Neil no qual argumentava que Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) foram exemplos bem-sucedidos de globalização com particularidades¹³. Precisamente a palavra *bric* (*tijolo* em inglês) serviu como metáfora de que estavam a lançar as bases da globalização e que deveriam fazer parte das decisões¹⁴.

¹¹Esta decisão foi motivada pela necessidade da tríade ampliar o seu desenho e influência de uma espécie de Ordem Mundial, mas também pela exigência de segurança que estes Estados fizeram face aos receios que Moscovo lhes gerou.

¹²Como exemplo da visão realista, veja: Kennan, 1 de fevereiro de 1997.

¹³Isso se deveu ao fato de nem a China nem a Índia terem seguido as recomendações do Consenso de Washington, conforme indicado por Rodrik (2011), e mesmo o Brasil não o ter feito na ponta dos pés, por exemplo.

¹⁴O Neill não propunha a formação dos BRICs, mas sim que eles fossem agregados a um órgão de coordenação com os países da tríade numa espécie de G 20, mas com menos representação europeia (2001)





A crise de 2008: pessimismo e radicalização

No entanto, a crise da hegemonia neoliberal já havia começado como percebida na América Latina, onde, como descreve Amado Cervo, houve três questões que determinaram o afastamento desse padrão desde o início do novo milênio: o fracasso dessas experiências, quais políticas recomendadas pelo Centro não foram aplicadas por eles, e a sobrevivência do pensamento crítico (2008: 19 -20). Nessa altura, os principais países da região avançaram para uma abordagem mais heterodoxa em termos de política e economia internacionais.

A soma das particularidades da periferia levou à alteração do clima otimista, como ocorreu em 2003 na Reunião de Cancún da OMC, os países emergentes juntaram-se no G22 plus ¹⁵e bloquearam a cláusula de paz para as políticas de subsídios agrícolas e o aprofundamento da globalização extrema, impulsionado pelos países da Tríade, o que mais tarde se refletiu na chamada Agenda Plus da OMC ¹⁶.

Esta questão forçou os membros das potências tradicionais a buscarem uma expansão do G8, com a revitalização no final do mandato de Bush Jr. do G20 financeiro, o que foi uma tentativa de agregar os países emergentes a um novo diretório global ¹⁷. A administração Democrata estava mais disposta a resolver a situação trabalhando em conjunto com o G20 financeiro, como solicitado pelo Primeiro-Ministro Trabalhista britânico, Gordon Brown, e não no âmbito do G8, como pretendiam os outros países europeus. Neste sentido, houve posições muito críticas ao funcionamento do G20, como afirmou Bernard Cassen, que não hesitou em descrevê-lo como o produto de uma estratégia de “cooptação” do G8, para “preservar-se contra todas as probabilidades do modelo neoliberal em escala planetária” (Cassen, 2009:16).

¹⁵Foi o nome dado ao grupo de países emergentes formado na Cimeira da OMC de 2003, ao contrário do grupo de Cairns, que incluía China, Egito, Equador, Índia, México, Nigéria, Paquistão, Peru e Venezuela. As adições e subtrações entre os dois grupos resultaram no volume deste último, já que concentra 22% da produção agrícola mundial e 70% dos trabalhadores rurais. Esse peso na economia global permitiu-lhes travar o acordo alcançado sobre os subsídios que os Estados Unidos e a União Europeia tinham para a reunião de Cancún. Este novo agrupamento, com uma atitude mais cooperativa, conseguiu tornar-se um ator principal para uma negociação equilibrada “do impasse agrícola” (Amorin, 2004, p. 36).

¹⁶Este plano de ação consistia em: 1) redução de tarifas, incluindo os setores ou produtos excluídos de acordos de livre comércio anteriores; 2) a inclusão de quatro temas: concorrência, movimentação de capitais, propriedade intelectual e investimentos; e 3) cooperação em “novas” questões: políticas energéticas, ambientais e laborais (Zelicovich 2017, 125).

¹⁷Elevado ao nível presidencial em 2008 e onde a sua presidência é responsável pela organização do conclave anual e é eleita por um sistema de rotação entre cinco grupos dos seus países membros.





No entanto, o seu funcionamento foi limitado, uma vez que a sua extensão a outros membros levou a uma perda de eficácia na resolução de questões e levou muitos dos Estados que não eram membros do G 7 a procurar formas de coordenação política.

A outra questão que acabou distorcendo ainda mais os ânimos foi a crise de 2008. Isso evidenciou o início de um processo de desglobalização devido à insustentabilidade social, que levou ao crescimento eleitoral de grupos de extrema direita, à ascensão da China com os emergentes e reforçados. pela disputa comercial de Trump, pela pandemia de COVID e pela guerra na Ucrânia. Este último acontecimento tem dois efeitos que não queremos deixar de mencionar: um processo de desdolarização da economia global, e; o fim da extensão gratuita da OTAN que até então Washington tinha levado a cabo.¹⁸

O clima otimista dos momentos iniciais do pós-Guerra Fria evaporou-se, a tal ponto que nem mesmo Fukuyama, o autor do Fim da História, acompanha essas transformações de meados dos anos noventa, à luz dos seus resultados, quando observou “esta ordem mundial liberal não beneficiou a todos. Em muitos países ao redor do mundo... a desigualdade aumentou dramaticamente, de modo que muitos dos benefícios do crescimento beneficiaram principalmente uma elite...” (2019: 20)

A globalização extrema tem vindo a diminuir a sua influência face à emergência, como Rodrik as chamou, de “deficiências na governação global” (ou ordem dos países ricos) e ao enfraquecimento do multilateralismo como resultado do facto de nos países de a tríade “eles colocaram em primeiro lugar nas suas agendas nacionais” (Rodrik, 9 de junho de 2023).

Por outro lado, a China abandonava as recomendações pragmáticas dos 28 personagens de Deng Xiaoping e a Rússia, devido à independência do Kosovo, assumiu o direito de proteger os Abkhazianos e Ossétios na Geórgia, os falantes de russo na Crimeia (2014)¹⁹ e na os Donbas (de 2014 até ao presente)²⁰, pois Washington já o tinha elevado para outras latitudes.

¹⁸Ambas as questões deterioram a liderança norte-americana juntamente com o seu modelo de globalização.

¹⁹Após a revolta de Maidan e a aplicação de políticas discriminatórias contra os falantes de russo, funcionaram como um catalisador para Putin, que decidiu anexar a Crimeia com objectivos estratégicos óbvios ligados ao controlo do Mar Negro, questão que lhe valeu a expulsão do G8.

²⁰Nas regiões orientais da Ucrânia, tem rebentado uma guerra civil entre nacionalistas ucranianos e sectores pró-Rússia que exigem maior autonomia e a defesa da sua língua, direitos negados por Kiev e apoiados por Moscovo, conflito que acabou por levar à guerra atual entre os dois estados.





O clima internacional estava a criar as condições para que os Estados que enfrentam ou percebem uma ameaça: ...equilibrar-se esmagadoramente contra a ameaça, em vez de segui-la. Isto ocorre principalmente porque um alinhamento que preserve a maior parte da liberdade de ação de um Estado é preferível a aceitar a subordinação sob uma hegemonia potencial... (2014: 148)²¹

Enquanto isso, Obama executou duas estratégias de multilateralização para tentar reverter o processo, uma menor com os acordos Trans para cumprir a agenda Plus da OMC para estabelecer novas regras comerciais e de investimento contra a China ²²e uma mais ampla, a formação do G 20 que tem maior representatividade que o G8, mas a sua falta de homogeneidade incentivou alguma ineficiência.

Todos estes elementos estimularam a formação do instrumento de coordenação política que propõe uma reforma da Ordem Internacional que consistiu na promoção de regras globais menos radicais que as da globalização promovida pela Tríade.

15

Perante isto, os BRICS, com maior ou menor homogeneidade entre eles, apoiam um modelo que não abandona o comércio livre, mas que claramente não atira os Estados-Nação ao mar, nem parece ser inimigo da democracia, uma vez que há mais cidadãos vivendo naquele regime que em todo o G7 e até institucionalizou organizações multilaterais alternativas às da Tríade, como o Novo Banco de Desenvolvimento. Um dos pilares desta estratégia multilateral das forças emergentes no sistema internacional é o respeito pela soberania e a não intervenção dos Estados como princípios fundamentais.

Os dados continuam rolando

Antes de concluir esta revisão, existem forças que continuam a operar a nível sistémico internacional e não queremos deixar de as apontar, mesmo que não sejam fenómenos consolidados.

Por um lado, pensamos que o aprofundamento da globalização extrema levada a cabo pela Tríade poderia acabar com o sistema westfaliano e até inaugurar uma ordem tecnopolar (Bremmer: 2021). Mas,

²¹Neste ponto há uma controvérsia dentro do pensamento realista, desde Henry Kissinger que, apesar da sua filiação a esta tendência, “muitas vezes parecia acreditar no contrário” relativamente ao desafio às grandes potências (Walt, 5 de dezembro de 2023).

²² Consistiu na expansão da comercialização e na incorporação de regulamentações relacionadas à concorrência, movimentos de capitais, propriedade intelectual, investimentos e cooperação em áreas como energia, meio ambiente etc.





por outro lado, como vimos, alguns analistas apontam que o apogeu da globalização extrema já passou, como indicam relatórios de organizações multilaterais como o FMI (Chronicle, 30 de julho de 2023) ou a OMC (Lewkowicz, 13 de Setembro de 2023), e começou um processo incipiente de desdolarização que poderia indicar que a mudança no ciclo poderia ser limitada a uma mudança na hegemonia, em vez de uma mudança tão radical como Bremmer aponta. No mesmo sentido, a dissociação das economias chinesa e norte-americana está a marcar não só uma redução a um estatuto regional das cadeias de valor globais (Ferrari, 5 de fevereiro de 2023), mas também o fim daquilo que Niall Ferguson chamou de Cimérica (Leonard, 2 de julho de 2023), 2019).

Mais uma questão, embora os Estados Unidos enfrentem mais uma vez uma situação de declínio relativo devido a serem fortemente endividados pela Guerra ao Terrorismo e aos seus cidadãos pela Reagan **16** Comic, continuam a ser a principal unidade política do sistema internacional.

Neste contexto chegamos a 2023, quando foi lançada na Cimeira da África do Sul a expansão para mais seis membros (Argentina, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Egípto e Irão). Isto pode ser lido de duas maneiras, pois Mohan argumenta que “a expansão apenas mina a pouca coesão que o grupo tinha antes da expansão” (Mohan, Raja. 29 de agosto de 2023) ou que “reflete a capacidade dos países emergentes de firmar acordos baseados nos seus interesses nacionais – e não com base no campo ideológico pré-estabelecido como na Guerra Fria” (Bulard, 2023: 9).

Conclusões

Estes sinais estruturais permitem-nos esboçar os múltiplos cenários possíveis que vão desde uma ordem mundial governada pela grande tecnologia até opções unipolares lideradas pelos Estados Unidos ou pela China, e pelo menos dois cenários multipolares onde os BRICS têm um lugar de destaque: ou partilham com a Tríade a liderança global através do G20, como a famosa pentarquia do final do século XIX, ou são o consórcio exclusivo, como o G7 do pós-Guerra Fria.

Aqueles que a rejeitam têm a perspectiva de que o sistema internacional é atualmente constituído por alianças rígidas (G7 versus BRICS), como na última década antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial ou durante a Guerra Fria.





É verdade que há uma formação de dois polos, mas a situação está longe de ser rígida, senão é claramente flexível, como salientámos no início com o jogo internacional da Índia não seria possível e apesar da securitização levada a cabo por Biden de sua estratégia contra a China, reconstruindo o multilateralismo com seus aliados na Ásia (AUKUS²³, Five Eyes²⁴, o mencionado QUAD.

Apontaram Juan Gabriel Tokatlián e Bernabé Malacalza quando expressaram:

O BRICS deve ser analisado como um espaço que promove um reequilíbrio dentro de um sistema internacional diferente daquele da Guerra Fria, antes de ser visto como uma aliança contra o G7 ou como um simples seguidor da China (este último implica estudar e compreender melhor o caso da China). A Índia e a relação com o seu vizinho). Identificar o BRICS como um fórum para uma economia *suave equilíbrio* e não como o local para implantar uma *contra-hegemonia* é relevante. O Brasil, a Índia e a África do Sul, tal como a Argentina se aderiu, procuram reequilibrar as relações internacionais, e não as desestabilizar; São os países-chave para mostrar que uma coisa é não fazer parte do Ocidente clássico e outra é ser antiocidental (Malacalza e Tokatlián, 3 de setembro de 2023).

17

Porque é verdade que existe uma conformação bipolar, mas a situação está longe de ser rígida, e é precisamente essa flexibilidade que pode garantir não apenas um papel de ponte entre os dois extremos.

Há indícios para pensar numa mudança de poder global, como aconteceu com os EUA no final do século XIX e primeira metade do século XX, a China beneficia do atual caos sistémico. Exemplo disso é como autores com posições tão díspares como Henry Kissinger (2012) e Giovanni Arrighi (2007), não hesitaram em sustentar que o verdadeiro vencedor da Guerra ao Terrorismo foi Pequim, ou mesmo tendo atuado como compositor em recente acordo entre Teerão e Riad que terá consequências no Médio Oriente. No entanto, como Paul Kennedy expressou recentemente numa nota trinta e cinco anos após a publicação de *The Rise and Fall of the Great Powers*: "...seria tolice fingir saber onde irá ocorrer a próxima grande mudança, e o que

²³É a sigla em inglês para Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, um pacto estratégico de segurança destinado a defender os seus "interesses comuns" no Indo-Pacífico" que foi interpretado como uma tentativa de contrariar os avanços da China. 16 de setembro de 2021)

²⁴Acordo de inteligência que foi assinado pela Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e ainda está em vigor.





poderia ser o primeiro prenúncio de uma futura guerra hegemônica. Mas isso virá.” (Kennedy, 20 de setembro de 2023)

Mas os dados continuam rolando e essa história não acabou...

Referências

AMORIN, C. A nova multipolaridade triunfa no comércio internacional. Clarín, 8 ago. 2004, p. 36.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Madri: Akal, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI. Madri: Akal, 2007.

BASSETS, Luís. Autonomia estratégica versão hindu. Política Externa, 26 maio 2023. Disponível em: <https://www.politicaexterna.com/articulo/autonomia-estrategica-en-version-hindu/>. Acesso em: 15 set. 2023.

BBC NEWS MUNDO. O que é Aukus, o pacto militar anunciado pelos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália (e porque desencadeou a ira da China). BBC News Mundo, 16 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-58579238>. Acesso em: 15 set. 2023.

BREMMER, Ian. O momento tecnopolar: como os poderes digitais remodelarão a ordem global. Foreign Affairs, nov./dez. 2021.

BRIC. Declaração conjunta dos líderes dos países BRIC. Yaketerimburg, Rússia, 16 jun. 2009. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/090616-leaders.html>.

BRISCIOLI, Roberto. O caminho lento e persistente da desdolarização. Página 12, 6 ago. 2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/574105-el-lento-y-persistente-camino-de-la-desdolarizacion>.

BRZENZINSKI, Zbigniew. A nova Rússia e a expansão da OTAN. Política Externa, n. 43, 1 fev. 1995. Disponível em: <https://www.politicaexterna.com/articulo/la-nueva-rusia-y-la-ampliacion-de-la-otan/>.

CASSEN, B. Novas coreografias no balé "G". Le Monde Diplomatique. Edição argentina. "Le Diplo", n. 124, p. 16-17, out. 2009.

CASTORIADIS, C. O colapso do marxismo-leninismo. Ponto de Vista. Revista Cultura, v. XIII, n. 37, p. 4-6, 1990.





CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 51, n. 2, p. 8-25, 2008.

CLINTON, B. A China finalmente entrou no mundo. Clarín, 28 set. 2000, p. 31.

CRÔNICA. FMI alerta que a economia mundial corre risco de desglobalização. Crônica, 30 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cronica.com.mx/mundo/fmi-advierte-economia-mundo-riesgo-desglobalizacion.html>.

FERRARI, Pablo. Um novo tipo de globalização baseada na segurança e não na eficiência. Dinheiro, 5 fev. 2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/520353-un-nuevo-tipo-de-globalizacion-basada-en-la-seguro-y-no-e>.

FORTE, Carlos; HEINE, Jorge; ONIMANI, Carlos. Não-alinhamento ativo e América Latina: uma doutrina para o novo século. Santiago do Chile: Catalunha, 2021. **19**

FUKUYAMA, Francis. O fim da História? Babel. Revista de Livros, Buenos Aires, ano II, n. 14, jan. 1990.

FUKUYAMA, Francis. Identidade: a exigência de dignidade e a política do ressentimento. Barcelona: Deusto, 2019.

GUELAR, Diego. Argentina no BRICS? Infobae, 7 set. 2022. Disponível em: <https://www.infobae.com/opinion/2022/09/07/argentina-en-los-brics/>.

GUERREIRO, Mário. Entrada da Argentina no BRICS. Pareceres do IRI, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www.iri.edu.ar/index.php/2023/08/29/el-ingreso-de-argentina-al-brics/>.

IKENBERRY, G. John. Três mundos: o Ocidente, o Leste e o Sul e a competição para moldar a ordem global. International Affairs, v. 100, n. 1, p. 121–138, 2024.

KENNAN, George. Um erro fatal. New York Times, Nova York, 1 fev. 1997. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1997/02/05/opinion/a-fateful-error.html>.

KENNEDY, Paulo. A ascensão e queda das grandes potências redux. The New Statesman, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/ideas/2023/09/rise-and-fall-of-great-powers-redux-paul-kennedy>.

KISSINGER, Henry. China. Barcelona: Debate, 2012.





JIANG, S. A perspectiva da política externa chinesa. In: PAZ, G.; ROETT, R. A presença chinesa no Hemisfério Ocidental: consequências para a América Latina e os Estados Unidos. Buenos Aires: Zorzal Books, 2009. p. 39-57.

JOSÉ, Jônatas. Governamentalidade de quê? Populações, Estados e Organizações Internacionais. In: KIERSEY, Nicholas; STOKES, Doug. Foucault e Relações Internacionais: Novos Engajamentos Críticos. Nova York: Routledge, 2011. p. 51-65.

LEONARDO, Marcos. O fim da Cimérica. El País, 2 jul. 2019. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2019/07/02/opinion/1562075090_218138.html.

LEWKOWICZ, Javier. A globalização está numa encruzilhada. Página 12, 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/587440-la-globalizacion-esta-en-una-encrucijada>.

MALACALZA, Bernabé; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Argentina e os BRICS: oportunismo ou oportunidade? Cenital, 3 set. 2023. Disponível em: <https://cenital.com/la-argentina-y-el-brics-oportunismo-u-oportunidad/>.

MASSIAH, Gustave. O G8 face à hegemonia americana. Le Monde Diplomatique. El Dipló - Edição Cono Sur, n. 47, maio 2003, p. 24-25.

MOHAN, Raja. Expansão do BRICS: Não há triunfo para a China. Foreign Policy, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/08/29/brics-expansion-china-russia-global-south-us-geopolitics-alliances/>.

MONCADA DURRUTI, M. Visão do mundo exterior das quatro gerações de líderes políticos da República Popular da China: evolução histórica e conceitual. Documentos CIDOB - Ásia, n. 27, 2011. Disponível em: http://www.cidob.org/en/publicacions/documentos_cidob/asia/vision_del_mundo_exterior_de_las_cuatro_generaciones_de_lideres_politicos_de_la_republica_popular_china_evolucion_historica_y_conceptual.

O'NEILL, Jim. Construindo BRICS econômicos globais melhores. Global Economic Paper, Goldman Sachs & Co., n. 66, 2001.

PEÑAS, F. J. Liberalismo e relações internacionais: a tese da paz democrática e seus críticos. Isegoría, v. 16, p. 119-140, 1997.

RODRIK, Dani. O paradoxo da globalização: democracia e o futuro da economia mundial. Barcelona: Antoni Bosch, 2011.





RODRIK, Dani. Nacional: o lado bom da soberania. Project Syndicate, 9 jun. 2023. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/economic-implications-of-global-governance-decline-by-dani-rodrik-2023-06>. Acesso em: 15 set. 2023.

WALT, Stephen M. As origens da aliança. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALT, Stephen M. Manter o mundo “desequilibrado”: autocontrole e política externa dos EUA. *Política e Governo*, v. IX, n. 1, p. 51-94, 2002.

WALT, Stephen M. Formação de alianças e equilíbrio da pobreza mundial. In: ELMAN, Colin; JENSEN, Michael. *O leitor do realismo*. Nova York: Routledge, 2014. p. 145-149.

ZAKARIA, Fareed. Nossa forma. Da dificuldade de ser a única superpotência no mundo. *Revista Internacional e Estratégica*, n. 50, p. 25-34, 2003.

ZELICOVICH, J. China, acordos de livre comércio e governança global do comércio internacional no século XXI. *Estudos Internacionais*, v. 4, n. 3, p. 113-129, 2018.

